



O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO MEIO UNIVERSITÁRIO

Idilia Fernandes*

Resumo: Na sociedade contemporânea, percebemos o efetivo avanço quanto às legislações, destacamos aqui os direitos das pessoas com deficiência, considerando a histórica segregação neste campo dos direitos. No Marco dos Direitos Internacionais emergem os princípios da equidade e igualdade de oportunidades. A Universidade é um locus privilegiado de acesso aos bens da sociedade, um importante lugar para abrir suas portas de entrada às pessoas com deficiência, bem como, a todos os segmentos sociais. A pesquisa realizada no RS pretende demonstrar a realidade de acesso das pessoas com deficiência neste estado brasileiro e se a acessibilidade universal está construindo novos valores de sociabilidade.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Universidade. Acessibilidade.

THE ACCESS FOR PEOPLE WITH DISABILITIES THROUGH THE COLLEGE

Abstract: In contemporary society, realize the effective progress regarding laws, we highlight here the rights of persons with disabilities, considering the historical segregation of duties in this field. Mark International rights emergt from the principles of fairness and equal opportunities. The University is a privileged access to the goods of society, one important place to open their front doors to people with disabilities locus, as well as all social segments. The research aims to demonstrate the RS reality of access to people with disabilities in this Brazilian state and universal accessibility are building new values of sociability.

Keywords: People with Disabilities. University. Accessibility.

1. Considerações iniciais

O presente estudo tem como objetivo contextualizar os direitos das pessoas com deficiência em âmbito nacional e internacional, através da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Pretende, também, apresentar, de maneira parcial, os resultados da pesquisa realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade e

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).



Diversidade, vinculada a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, chamada Condições de Acesso das Pessoas com Deficiência às Universidades do RS. O projeto de pesquisa “Condições de Acesso das Pessoas com Deficiência às Universidades do RS” objetiva “analisar as condições de acesso das pessoas com deficiência ao meio Universitário no estado do Rio Grande do Sul”. Por outro lado estamos buscando construir um espaço de interlocução entre a Universidade e o espaço institucional, no qual a questão das diferenças/deficiências possa estar na pauta dos debates e reflexões.

A pesquisa se propõe a propiciar um renovado debate em torno da questão da acessibilidade e cidadania e contribuir na construção de uma nova prática social que perceba na condição das diferenças a potencialidade dos sujeitos e a interdição que está no social. A partir de um conceito que considere as relações sociais e suas consequências para os sujeitos que apresentem alguma deficiência, buscar a superação de conceitos e práticas que reforcem os preconceitos e a segregação das pessoas com deficiência. Contribuir na construção de uma nova cultura, na qual a diversidade da condição humana seja reconhecida. Por razões de espaço neste artigo optamos por fazer um recorte de análise e apresentar os resultados referentes à análise da acessibilidade dos sites das universidades, o que será apresentado no item 2, o roteiro para esta pesquisa nos sites está no Apêndice I. No item um apresentamos os direitos das pessoas com deficiência, através da Convenção da ONU de 2006. Nas considerações finais é apresentado um fechamento das principais ideias apresentadas através dos dados de pesquisa articulando com o significado social do conceito de acessibilidade universal.

2. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência

Na sociedade contemporânea, percebemos o efetivo avanço quanto às legislações, destacamos aqui os direitos das pessoas com deficiência, considerando a histórica segregação neste campo dos direitos. No Marco dos Direitos Internacionais emergem os princípios da equidade e igualdade de oportunidades. Contudo, apesar de o extenso aparato legal, ainda há um vasto caminho a ser trilhado para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência e para sua real possibilidade de fazer parte das instâncias sociais, entre estas a Universidade.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

Realizando uma retrospectiva das principais normativas que regulamentam os direitos das pessoas com deficiência, tem-se como a principal normativa nacional a Constituição Federal de 1988, constituindo um Estado Democrático de Direito. Em seu Art. 5º inciso XV, preconiza que “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (BRASIL, 1988). Entretanto, por vezes, não se verifica na realidade a materialização deste inciso. O que se percebe é que a sociedade busca adequar as pessoas com deficiência aos espaços públicos, privados e etc, assim a compreensão de deficiência é vista de forma a culpabilizar o que é diferente do padrão de normalização construído socialmente.

Assim, é necessário reconhecer que a deficiência está na própria sociedade, que permeada de barreiras arquitetônicas, atitudinais e de preconceitos, não se encontra apropriada para proporcionar a livre locomoção de todos os cidadãos. Daí a importância de se compreender que a interdição está no social (FERNANDES, 2012), de modo que não é oportunizado para as pessoas que sejam protagonistas de suas próprias vidas. Isso se intensifica ao falarmos das pessoas com deficiência, uma vez que, tendo em vista um processo histórico de exclusão, estas, não raras vezes, se tornaram coadjuvantes de um processo em que deveriam figurar como atores principais. Em suma, a forma como a sociedade está organizada impõem barreiras de acesso não só arquitetônicas, mas também barreiras do preconceito que podem limitar a participação social e a expressão dos sujeitos.

Justamente visando à supressão destas barreiras, a partir da ONU, no ano de 2006, criou-se um documento que deu origem à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Na Assembléia Geral da ONU, foi aprovada no dia 6 de dezembro de 2006, através da Resolução A/61/611. No Brasil, foi firmada em 30 de março de 2007, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo de nº 186, de 9 de julho de 2008, e promulgada pela Presidência da República através do Decreto do Poder Executivo nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, ganhando equivalência de Emenda Constitucional. A Convenção é um grande aparato para subsidiar a garantia de direitos humanos, em âmbito nacional e internacional, das pessoas com deficiência. O principal compromisso preconizado é a potencialização do protagonismo das PcD na sociedade e a construção de processos sociais emancipatórios, no qual os sujeitos de direitos possam atuar enquanto personagens principais de suas histórias.



Conforme previsto no Artigo 1º, a Convenção tem como propósito promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência, e fomentar o respeito pela sua inerente dignidade (Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, 2006). Com a promulgação da Convenção, o governo brasileiro assumiu alguns compromissos que vão ao encontro dos propósitos da mesma, dentre estes: assegurar um país acessível para todos e todas, entrando em vigor a obrigatoriedade da audiodescrição; socializar o conteúdo da Convenção para conhecimento de todos brasileiros e brasileiras; substituir o modelo médico para o modelo social no atendimento às pessoas com deficiência; alterar o termo “pessoa portadora de deficiência” para o termo “pessoa com deficiência (PcD)”; garantir o ensino inclusivo em escolas regulares; responsabilizar as empresas a buscar meios para adaptação e contratação de pessoas com deficiência.

No entanto, ao observar a realidade, percebe-se que se efetivam minimamente os compromissos assumidos pelo governo brasileiro, uma vez que não se promove condições que assegurem um meio que seja acessível a todos e todas.

3. A pesquisa sobre acesso das pessoas com deficiência às universidades do RS

O Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre Acessibilidade e Diversidade - GEPAD, vinculado a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, vem realizando uma pesquisa sobre a acessibilidade nas universidades do estado do RS. Na primeira fase verificou-se o site de dezenove universidades, as quais foram escolhidas com base nos critérios utilizados pelo Ministério da Educação e Cultura. Por questões éticas, não serão mencionados os nomes dos locais da pesquisa, preservando seu anonimato. Neste artigo elegemos o recorte da análise dos sites das universidades para ser apresentado¹. Informamos, entretanto, que a pesquisa abrange um conjunto de três outros instrumentos de entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos.

¹ Os resultados de pesquisa apresentados neste artigo referem-se a um recorte de análise da pesquisa intitulada: “Condições de Acesso das Pessoas com Deficiência às Universidades do RS”.



Os sujeitos da pesquisa a serem entrevistados são os gestores das universidades, os professores que tenham ou não alunos com deficiência em sala de aula e os alunos com deficiência. Todos estes sujeitos são convidados a responder um instrumento de pesquisa construído a partir do objetivo geral da mesma que é: “Analisar as condições de acesso das pessoas com deficiência às Universidades do estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a construção e otimização de políticas públicas nessa área e a acessibilidade universal”. Utilizaremos a técnica triangulação de dados para melhor aproveitar os resultados que advenham da pesquisa e construir a análise final. Neste trabalho apresentaremos a seguir o resultado de uma análise da pesquisa realizada nos sites das universidades que indica o que será exposto logo abaixo²:

No que se refere a recursos de aumento de letra no site, para facilitar o acesso das pessoas com baixa visão, constatou-se que apenas três (16%) dos sites das universidades possuem este recurso básico. Quanto aos recursos para opções de cores para sites que fornecem acesso às pessoas com daltonismo, apenas um (5%) possui. Referente à existência de apresentação explicativa do site em libras, nenhum dos sites possui.

Acerca da arquitetura do site para acesso ao *software* DOSVOX, verificou-se que sete (37%) sites possuem. O sistema DOSVOX viabiliza o acesso ao conteúdo do site, através da síntese de voz. Frente à descrição detalhada das imagens, constatou-se que apenas um (5%) tem. Destaca-se a importância desta descrição, visto que, de nada adianta possuir a arquitetura correta do site para a decodificação pelo sistema DOSVOX, se não possui o detalhamento das imagens. Referente a existência de *hiper link*, onze (58%) contêm. No que engloba a audiodescrição do site, constatou-se que nenhum dos sites pesquisados proporcionava esta ferramenta.

Assim, na primeira parte de pesquisa procurou-se analisar questões referentes a acessibilidade dos próprios sites em relação aos recursos existentes para as pessoas com deficiência, arquitetura do site e avaliação dos recursos para a acessibilidade. Já na segunda parte objetivou-se analisar informações referentes à temática da acessibilidade, estrutura organizacional, recursos humanos, acesso e permanência, informações sobre acessibilidade, uso de terminologias de acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ensino, pesquisa e extensão, entre outros. Dar-se-à destaque

² Roteiro com as questões pesquisadas e observadas no site das universidades estão no Apêndice I.



aos itens de acesso e permanência e o uso da terminologia, tendo em vista que são os de maior relevância para o presente estudo.

O item Acesso e Permanência tiveram como objetivo observar a existência de informações sobre recursos de tecnologia assistiva nos sites das universidades. Através desta questão, pode-se apreender que os sites, em sua maioria, não possuem esta informação, totalizando em dezessete (89%). Apenas dois (11%) desses sites possuem a informação da existência desses recursos. Para construir avanços no que se refere à acessibilidade instrumental, considera-se importante que as universidades superem as barreiras com aquisição de ferramentas, utensílios, entre outros.

Em relação às vagas de estágio para alunos com deficiência, foi constatado que dezoito (95%) destes sites não possuem esta informação e que apenas um (5%) destes sugerem que alunos com deficiência se inscrevam para as vagas de estágio. Importante pensar que se os alunos estão acessando a universidade, esta deve estar preparada para oferecer as condições necessárias para que os alunos com deficiência possam concorrer às vagas de estágio, e uma das ferramentas para os mesmos acompanharem as possibilidades de inserção é pelo site. Ainda, há que se considerar o fato da maioria (95%) das universidades não constar informações sobre vagas de estágio para alunos com deficiência no site podem estar atrelado a inexistência de oferta de vagas e condições de permanência para os alunos com deficiência nas universidades.

Acerca da tecnologia assistiva, percebeu-se que dezesseis (84%) destes sites das universidades não têm essa informação e que três (16%) deles constam a existência desses materiais como: biblioteca com impressora e livros em Braille, biblioteca digital, grafia em Braille, livros gravados em mp3 e softwares para digitalização de textos. Considera-se o acesso aos materiais da biblioteca uma essencialidade para que os alunos com deficiência possam acompanhar os estudos propostos pelos professores em sala de aula. O não acesso a estes materiais significa uma barreira importante para a permanência na universidade.

Com o item Terminologia busca observar se a linguagem utilizada pelos sites das Universidades está de acordo com a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Oito (42%) das Universidades possuem uma linguagem adequada de acordo com a Convenção, oito (42%) não apresentaram uma linguagem adequada, utilizando, por exemplo, as palavras: deficiente, portador de deficiência física, pessoas com necessidades especiais, portadores de necessidades especiais. Já três (16%) das Universidades não possuem nenhuma linguagem que se refira a pessoa com deficiência.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

Para um site ser utilizado por uma pessoa com deficiência, é preciso que algumas opções de alteração de *layout* estejam disponíveis. Dentre elas: a possibilidade de aumento e troca de cor da fonte, alteração do pano de fundo, apresentação da página em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, descrição das imagens utilizadas, além de estar organizado de forma vertical, da esquerda para a direita, da maior para menor importância, para viabilizar a utilização do programa DOXVOX por pessoas cegas ou com dificuldades visuais. Apenas 5% dos sites estavam de acordo com os padrões necessários para ser considerado um site acessível, dezoito (95%) deles não estão de acordo, inviabilizando o acesso das pessoas com deficiência. Em relação ao dado de três (16%) das Universidades não possuírem nenhuma linguagem que se refira a pessoa com deficiência, podemos destacar como categoria emergente a invisibilidade social das pessoas com deficiência.

A partir da análise dos dados, percebe-se que os sites das universidades não possuem recursos que possibilitam o acesso das pessoas com deficiência. Entende-se que esta é uma informação importante, tendo em vista que o site é, em muitos casos, a porta de entrada e o primeiro acesso às universidades. O acesso à informação, bem como a discussão sobre o tema da acessibilidade é a força motriz para impulsionar as iniciativas inclusivas. Tratar deste tema é necessário em todos os âmbitos da universidade, pois somente assim será possível pensá-la como um espaço acessível a todos e todas.

Na busca pela concretização de tal acesso, além do grande aparato legal, há políticas públicas que visam a garantia de direitos. Nesta perspectiva, as políticas têm sua gênese em necessidades coletivas dos sujeitos, que, ao tensionarem o Estado, fazem com que suas demandas se insiram nas agendas políticas para, posteriormente, serem ou não regulamentadas enquanto política pública. O desafio apresentado revela-se na necessidade de ampliar o acesso das pessoas com deficiência ao meio universitário. O atendimento ainda se mostra aquém das reais necessidades vivenciadas pela população com deficiência. Mesmo com o avanço preconizado nas legislações e políticas, ainda é preciso que seja potencializado a articulação entre os espaços da universidade, para que se obtenha uma efetiva garantia de direitos das pessoas com deficiência.

4. Considerações finais



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

A partir da discussão apresentada, pode-se perceber que embora muito tenha se avançado no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, ainda há um vasto caminho a ser trilhado. A Convenção trouxe contribuições muito significativas acerca do tema, sendo um marco histórico extremamente relevante, comparando-se com o passado, onde as relações sociais levaram traços marcantes de segregação e preconceito para a pessoa com deficiência. Em contraponto, mesmo após todos os avanços obtidos, é possível observar que a forma de organização da sociedade contemporânea ainda não permite o acesso igualitário.

Uma vez apresentados os dados referentes a pesquisa nos sites que se referem ao acesso às universidades do Rio Grande do Sul, pode-se constatar o despreparo das mesmas na viabilização de seus próprios espaços. Podemos entender a partir disto que o acesso, enquanto estrutura física e outros recursos, não se materializam de forma a garantir a acessibilidade. Em suma, pode-se afirmar que ainda há muito que se construir e avançar para a real efetivação da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, porém, este é um caminho que está sendo trilhado socialmente e tende a se desenvolver cada vez mais, mesmo com todas as barreiras e dificuldades.

A universidade é um substancial espaço para construir a produção do conhecimento, de uma nova cultura e nova prática social. Portanto, entende-se que a consolidação de uma interface pela via da pesquisa com a interlocução com a universidade poderá conduzir a novas sínteses e descobertas sobre o tema da acessibilidade universal. Essa temática é pouco estudada, apesar de sua relevância social, conforme se está procurando argumentar. Portanto, faz-se necessário e urgente aprofundar investigações em torno da questão da acessibilidade universal e da cidadania das pessoas com deficiência, bem como do entendimento de que existem formas alternativas de organização no social, que não se reduzem a forma padrão que está posta nas instituições.

A sociedade do tempo presente se apresenta de forma multifacetada atravessada pelas diversas expressões da questão social. Em razão desta realidade requer ações conjuntas e bem articuladas para encontrar alguma possibilidade de superação dos limites impostos socialmente. Entende-se que os bens sociais, entre eles, a possibilidade de acesso ao Ensino Superior, deveriam ser para todos os indivíduos da sociedade poder usufruir, no entanto, no desenrolar dos processos sociais, algumas pessoas encontram barreiras de acesso aos bens que a sociedade produz, ficando excluídas dos mesmos,



isso é o que ocorre, muitas vezes, com as pessoas com deficiência quando tentam acessar as instâncias sociais.

Ser cidadão ou cidadã é poder pertencer ao seu mundo, fazer parte do mesmo. As expressões da questão social percebidas na condição da deficiência, no emaranhado das relações sociais, é justamente a interdição desse pertencimento. Para reversão deste quadro social será preciso que haja maior conhecimento, nas instâncias da sociedade, acerca das adaptações necessárias do ambiente e da cultura para construir acesso às pessoas que têm deficiência ou quaisquer diferenças menos habituais. Para as pessoas com deficiência ter um lugar garantido no contexto da vida em comunidade requer acessibilidade. A construção arquitetônica e simbólica das cidades não se concretizou incluindo as diferenças marcantes. Acessibilidade significa tornar a sociedade capacitada, apta a reconhecer que a diversidade faz parte de seu movimento e será preciso criar estruturas, em suas instâncias, que comportem as múltiplas variações da expressão humana.

Acessibilidade que precisa ser universal, ou seja, para todas as pessoas e não um “lugar especial” designado para pessoas com deficiência, como uma marca para determinados sujeitos que precisam deste espaço, não é para ser um lugar marcado no social para o “especial”, pois, isto gera estigma. É a sociedade que precisa, através, de suas diferentes instituições e instâncias adequar-se às diferenças singulares dos sujeitos que a compõem. Uma sociedade só poderá se desenvolver democraticamente e propiciar o espaço de humanidade para seus cidadãos e cidadãs quando estiver capacitada a atender as diferentes necessidades e peculiaridades dos seres sociais que vivem suas vidas cotidianamente em seu contexto.

Referências

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Extraída

de:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d6949.htm.

Consultado em 30/01/2013.



II SERPINF

*Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional*

ISBN: 978-85-397-0584-2

10

FERNANDES, Idilia. **Interdições Sociais e a Diversidade**. In: Sociologia da Acessibilidade e Reconhecimento Político das Diferenças. Org. Humberto Lippo - Canoas: Editora da Ulbra, 2012.

LIPPO, Humberto Pinheiro. **Terminologia acerca das pessoas com deficiência**. In: Sociologia da Acessibilidade e Reconhecimento Político das Diferenças. Org. Humberto Lippo - Canoas: Editora da Ulbra, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Documentos internacionais.
PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
Tradução de Thereza Christina F. Stummer. Editado por CEDIPOD- Documento disponível na Internet no site
HYPERLINK<http://www.mbonline.com.br/cedipod/W6pam.htm>, 1992.



Apêndice i - roteiro pesquisa sites das universidades

ORIENTAÇÃO PARA PESQUISA: Procurar palavras-chave através do campo pesquisar: acessibilidade – pessoas com deficiência – alunos com deficiência.

1) Existência de setor, unidade, serviço, núcleo, etc, que se responsabilize e trabalhe com a temática da acessibilidade e alunos com deficiência na universidade.

sim não outros não consta no site

Especifique _____

2) Existência de serviços de atendimento para alunos com deficiência.

sim não outros não consta no site

Quais? _____

3) Programas e Projetos em relação ao acesso e permanência dos alunos com deficiência nas universidades.

sim não outros não consta no site

Especifique _____

4) Existência de professores com deficiência.

sim não outros não consta no site

Especifique _____

5) Existência de recursos de tecnologia inclusiva.

sim não outros não consta no site

Quais? _____

6) Existência de vagas para estágio para alunos com deficiência.

sim não outros não consta no site

Especifique _____

7) Existência de materiais didáticos na perspectiva da acessibilidade universal.

sim não outros não consta no site

Especifique _____



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

12

8) Seminários da universidade que estejam discutindo a temática da acessibilidade.

sim não outros não consta no site

Especifique _____

9) A linguagem utilizada pelo site da universidade está de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência?

sim não outros não consta no site

Especifique as terminologias e quantidade dos usos inadequados _____

10) Verificar se o site esta de acordo com os padrões necessários para um site acessível.

sim não out ros

Especifique _____

11) Pesquisas das universidades que abordam a temática da acessibilidade.

sim não outros

Especifique _____

12) Programas de Pós- Graduação ou Projetos de Extensão da Universidade com a temática da Universidade.

sim não outros

Especifique _____